



Gotodáguas

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia Ano XXXIII – Nº 35 – 21 de outubro de 2019

EDMILSON BARBOSA

PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA
É PRIVATIZAÇÃO
DISFARÇADA

Trabalhadores aprovam acordo com a Embasa, mas preocupação com a privatização permanece

De forma bastante participativa e por ampla maioria, os (as) trabalhadores (as) aprovaram na semana passada o novo acordo coletivo com a Embasa. Não foi um bom acordo, mas o melhor dentro do possível: conseguimos reajuste de 5,07% para o salário e todos os benefícios econômicos, enquanto a empresa, com intransigência, impôs a coparticipação no plano de saúde. A batalha foi longa, difícil e cansativa, mas está superada, nada de esmorecer. Agora é recuperar o fôlego, pois estamos em plena guerra e o inimigo, a privatização, ainda precisa ser vencido. **PÁGINA 2**

EMBASA – BOLANDEIRA

DESIGUALDADE SOCIAL
CRESCER A GALOPE NO PAÍS,
CONSTATA IBGE
PÁGINA 6

JUSTIÇA "TRAVA"
DESMONTE DA PETROBRAS
E RENOVA ESPERANÇA DE
TRABALHADORES (AS)
PÁGINA 5

MOVIMENTO SINDICAL
ENTRA EM NOVA SEMANA
DE RESISTÊNCIA CONTRA
PRIVATIZAÇÃO
PÁGINA 3

ÓLEO AVANÇA E COLOCA
EM RISCO O SANTUÁRIO DA BAÍA
DE TODOS OS SANTOS
PÁGINA 3

CAMPANHA SALARIAL 2019

Categoria supera intransigência da Embasa e fecha acordo coletivo

Da forma mais transparente e participativa possível, e por ampla maioria, os (as) trabalhadores (as) aprovaram o novo acordo coletivo com a Embasa em assembleias realizadas de quarta até sexta (16 a 18) da semana passada, na capital e interior. Vencemos a intransigência da empresa e muitas dificuldades ao longo do processo, mas soubemos resistir. Não foi um bom acordo, mas foi o melhor dentro do possível – quando analisado o cenário de grandes dificuldades que enfrentado por todas as empresas públicas do setor, ameaçadas pela investida privatizante do governo e do Congresso Nacional.

Conseguimos chegar ao acordo graças à força e mobilização da categoria, que se mostrou unida em momentos importantes da campanha salarial. Participou de paralisações, mediação no Ministério Público do Trabalho e passeata, protestos que forçaram a empresa a avançar pouco a pouco na proposta. Por causa disso, o resultado do esforço não deixa de ser uma vitória, pois conseguimos repor a inflação dos últimos 12 meses mediante a aplicação do INPC (5,07%) no salário e nos benefícios de ordem econômica. Como se sabe, as demais cláusulas têm vigência até o ano que vem.

Chegamos ao limite das negociações e consideramos acertada a decisão de apoiar o fechamento do acordo, pois já estamos no final do ano e daqui a poucos meses já vamos iniciar uma nova campanha salarial. Fora, claro, o risco do cenário piorar caso seja aprovado o projeto de privatização do setor.

GRANDE PARTICIPAÇÃO – A votação registrou 939 votos a favor do fechamento do acordo e 271 votos contra, com 30 abstenções, num total de 1.240 votantes. Foram nada menos do que 26 assembleias (só faltou a de Pedra do Cavalo), o que mostra o quanto foi aberta a participação da categoria e o quanto é importante ouvir a maioria dos (das) trabalhadores (as), ao contrário de quem defende assembleia concentrada num único local.

Assim que terminaram as assembleias da última sexta (18) a Embasa foi comunicada da decisão. Conforme as negociações, o reajuste no salário e benefícios deve ser praticado já na folha desta segunda quinzena, assim como o pagamento do retroativo a maio – a ser feito em parcela única.

PLANO DE SAÚDE – A coparticipação no plano de saúde foi o diferen-



cial da campanha, pois a empresa não abriu mão dela desde o início das negociações. Há anos a Embasa tenta implantá-la e a categoria resistiu. Dessa vez, depois de muita luta, conseguimos melhorar a contrapartida e a luta não vai parar: defendemos a manutenção da comissão do plano de saúde para debater melhorias na assistência médica e nas condições de trabalho.

Se no começo da negociação a empresa oferecia uma contrapartida de apenas R\$ 10,00, conseguimos a incorporação de R\$ 40,00 no salário (incluindo quem não é beneficiário do plano), em janeiro próximo, quando o novo modelo começa a ser utilizado. Haverá reunião nesta segunda (21) com a empresa para tratar de algumas situações, como das pessoas beneficiárias do auxílio filho (a) especial, acidente de trabalho etc, além de outras demandas surgidas durante as assembleias.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – A luta não acabou. Precisamos de unidade para combatermos a privatização do saneamento, barrando a aprovação do PL 3261/2019 - que escancara o setor para a iniciativa privada e ameaça a sobrevivência das companhias públicas.

Salientamos, ainda, que o fechamento do acordo encerra uma demorada campanha salarial, iniciada em fevereiro e que teve 14 rodadas de negociação. Poderia ser mais, não fosse a intransigência da empresa. Mas foi uma campanha que demandou muita despesa, com viagens, assembleias, impressos, publicações na grande imprensa, boletins, panfletos, faixas, cartazes, adesivos, hospedagem, combustível, alimentação, carros de som etc, aliada a gastos extraordinários para combater, em Brasília, duas medidas provisórias (844 e 868) e projetos de lei que privatizam o setor, mesma luta também travada em diversos municípios baianos, a exemplo de Belmonte, Caravelas, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Itabuna e Brumado, dentre outros.

A votação registrou 939 votos a favor do fechamento do acordo e 271 votos contra, com 30 abstenções, num total de 1.240 votantes.

Sendo assim, pedimos que a categoria ajude a entidade a recompor o caixa para manter a luta pelo saneamento público, autorizando a Contribuição Assistencial de 1,5% pelo fechamento do acordo coletivo. A luta é de todos (as) nós e não acaba aqui.

Alguns detalhes do modelo de coparticipação

Os valores da coparticipação são limitados a 10% do custo de cada procedimento médico, limitado ainda ao valor máximo de R\$ 53,77 por procedimento (limite máximo). O desconto mensal do acumulado de coparticipação é limitado a 10% do salário base de cada empregado (a). Caso o acumulado supere esse limite, será parcelado para os meses subsequentes.

Nem tudo será objeto de coparticipação. Entre os procedimentos isentos estão exames preventivos, mamografias, PSA, exame Papanicolaou, pesquisa de sangue oculto nas fezes, oxigenoterapia, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise e diálise peritoneal, transfusões de sangue e tratamentos de hemofílicos, procedimentos realizados em pacientes internados e outros eventos previstos nas regras da Agência Nacional de Saúde (ANS). Além disso, também não será cobrada coparticipação quando o local não tiver rede credenciada da operadora e o (a) empregado (a) tiver que pagar a consulta ou exame para ser ressarcido pela operadora.

Projeto de privatização do saneamento entra em nova etapa

VINÍCIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Uma nova etapa na luta contra a privatização do saneamento começa a ser travada esta semana na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata do Projeto de Lei 3261. O relatório apresentado pelo deputado Geninho (DEM-SP) deve ser lido nesta quarta (23), mas existe muita articulação do movimento sindical e popular para atrasar o encaminhamento. O governo aposta que a comissão aprove o relatório até o próximo dia 30, encaminhando depois o texto para o plenário. O Sindae continua mantendo representantes em Brasília para travar a luta contra o projeto.

O relatório de Geninho é um desastre sob todos os pontos de vistas para quem defende um saneamento público de qualidade. Ele é mais favorável à privatização do que as medidas provisórias editadas pelo ex-presidente golpista Michel Temer. Geninho quer aprovar o fim dos contratos de programa, o que será determinante para o fim das companhias públicas.



De acordo com o assessor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT), Édson Aparecido da Silva, a proposta do deputado provocará efeitos negativos imediatos na população mais

"Um dos pontos principais é o aumento significativo das tarifas, mas haverá a exclusão do acesso ao serviço, sobretudo da população mais pobre..."

Édson Aparecido
Assessor da FNU-CUT

Óleo no mar é maior desastre no litoral brasileiro e ameaça santuário da Baía de Todos os Santos

Primeiro surgiram pelotas de óleo cru no litoral norte de Salvador, nas praias de Ipitanga, Flamengo... Depois Itapuã, Boca do Rio, Pituba... No último final de semana banhistas relataram a presença do óleo nas praias do Farol da Barra e do Porto da Barra. Sinal claro de que o desastre se ampliou e agora ameaça o santuário da Baía de Todos os Santos.

O medo se espalha entre pescadores e marisqueiras ao longo da costa de Salvador, sobretudo no subúrbio e nas ilhas da Baía de Todos os Santos. Como sobreviver se não puderem pescar? Uma tragédia ambiental que assume todos os seus contornos e envolve as comunidades litorâneas. Já teve pescadores que informaram ter encontrado o mesmo óleo cru em Morro de São Paulo, bem distante de Salvador e ponto turístico importante da Bahia.

Maior desastre - Especialistas já não têm dúvida: o óleo cru que se espalha pelo Nordeste é o maior (em extensão territorial) desastre ambiental sofrido pelo litoral brasileiro e produzirá efeitos negativos ao longo de décadas. Outra certeza é de que a gravidade foi ampliada pela negligência do governo para agir assim que surgiram as primeiras evidências dessa tragédia. Mantas de óleo já foram

encontradas ao longo de 2,1 mil quilômetros da região e não para de avançar.

Esses são alguns dos motivos que levaram procuradores federais dos nove estados do Nordeste a entrarem com uma ação civil pública contra o governo federal para obrigá-lo a acionar em 24 horas o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional em toda a costa da região atingida por vazamentos de óleo de origem desconhecida.

Para os procuradores, o governo federal se manteve omissivo "ao protelar medidas protetivas e não atuar de forma articulada em toda a região dada a magnitude do acidente e dos danos já causados ao meio ambiente". Lembra a gravidade do problema, a ponto de dois estados (Bahia e Sergipe) decretarem situação de emergência.

NOTA DA CHESF - Em nova enviada à imprensa, a Chesf informou que não houve aumento da vazão na usina de Xingó, conforme revelado em vários veículos de comunicação, inclusive em nosso boletim. Segundo ela, o aumento foi pré-autorizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), caso o Ibama julgue necessário para conter o avanço da mancha de óleo pela foz do Rio São Francisco.

pobre. "Um dos pontos principais é o aumento significativo das tarifas, mas haverá a exclusão do acesso ao serviço, sobretudo da população mais pobre nas periferias e da população de pequenos municípios do país", alertou.

“

Para que serve a utopia?
Serve para isso:
para que eu não deixe de caminhar.

”

Eduardo Galeano

Eleito presidente da CUT, Sérgio Nobre diz que não teme desafios

Uma CUT mais madura e pronta para enfrentar os desafios que o governo está colocando, visando desmontar o estado brasileiro. Assim pode ser resumida a eleição da nova diretoria da maior central sindical da América Latina, a Central Única dos Trabalhadores, que escolheu o metalúrgico Sérgio Nobre para ocupar a sua presidência. Wagner Freitas, ex-presidente, passa a ocupar a vice-presidência, enquanto Carmen Foro foi eleita para a Secretaria Geral da entidade, se constituindo na primeira mulher a ocupar o cargo.

A eleição aconteceu durante o 13º Congresso Nacional da CUT "Lula Livre", realizado em São Paulo. A nova gestão cumprirá mandato até 2023. Em sua posse, Sérgio Nobre disse que não teme os desafios colocados e que sabe o quanto difícil será seu mandato, em consequência dos

ataques aos direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo desde o golpe de 2016, e mais fortemente nos últimos dez meses de governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Ainda sobre a conjuntura adversa, disse que o momento requer que a classe trabalhadora junte forças, pois o governo Bolsonaro só apresenta propostas de retirada de direitos sociais e trabalhistas e não tem projeto de desenvolvimento econômico, com justiça e inclusão social, e geração de emprego e renda.

Ele também prestou homenagem a Lula: "apesar dele não estar presente fisicamente, o ex-presidente mandou boas energias para os participantes do Congresso. Lula é uma liderança importante para o Brasil recuperar a democracia".



JORDANA MERCADO

Emenda constitucional visa alterar organização sindical no país

Enquanto o governo Bolsonaro quer destruir o movimento sindical, começou a tramitar na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 161/19 para fazer alterações na organização sindical do país. Nada que tenha sido discutido com uma das partes interessadas: a classe trabalhadora.

A pretensão é criar um Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS), com participação paritária de trabalhadores e de empregadores, assegurando liberdade sindical e exigindo a participação das entidades sindicais em negociações coleti-

vas, mas só garantindo benefícios aos (às) associados (as) das entidades.

O Conselho seria composto por seis representantes das centrais sindicais de trabalhadores e seis de confederações patronais, cabendo a ele regulamentar a atuação das entidades. Essas, por sua vez, se organizariam em níveis – sindicatos, federações e confederações, mais as centrais no caso dos trabalhadores –, e com plenos poderes para deliberar sobre o custeio e o financiamento do sistema. O autor do projeto é o deputado Marcelo Ramos (PL-AM).

"... Lula é uma liderança importante para o Brasil recuperar a democracia."

Sérgio Nobre
Presidente da CUT

Concurso deve servir para viabilizar remanejamento de empregados (as) na Embasa

A Embasa já contratou a banca que irá realizar o próximo concurso público, porém não deixou claro se dará prioridade às pessoas que estão na fila da espera aguardando uma chance de transferência para outra localidade. Se analisar os pedidos já feitos pela categoria, certamente saberá fazer o dimensionamento de vagas por local de trabalho nas unidades da capital e interior, adequando as necessidades de cada local.

Não faltam relatos de companheiros (as) que estão no banco de espera das

transferências, e ainda precisando do aval de gestores nas unidades de origem. Em alguns casos, existem aqueles que recorrem aos "padrinhos políticos".

Se fizer um diagnóstico dos pedidos de transferência a empresa dará um salto de qualidade em gestão de pessoas e, mais ainda, na valorização de investimento realizado em gestões anteriores na Diretoria de Gestão Corporativa. Na época, um especialista no tema deixou essa recomendação em evento para gestores da Embasa, num hotel em Salvador.

BRK polui manancial e vai pagar multa de R\$ 1 milhão

Nem tudo são flores no ambiente deles, como querem fazer crer os adeptos da privatização do saneamento. Agora mesmo a empresa BRK acaba de sofrer multa de R\$ 1 milhão por poluir o Córrego Neblina, que deságua no Lago Azul, município de Araguaína, segundo mais populoso do Tocantins. A penalidade foi imposta pela Prefeitura, após receber e comprovar denúncia de uma entidade ambientalista.

Fiscais do município identificaram um duto coletor de esgoto jorrando material in natura para dentro do córrego. Além da multa, a empresa terá de fazer a descontaminação do manancial hídrico. Na Bahia, a BRK é a operadora do emissário submarino de Jaguaribe, obra executada pelo grupo Odebrecht e que gerou grande polêmica, chegando a ter o valor do seu contrato reduzido.

Prefeito de Eunápolis tenta o que seus parentes gestores não conseguiram: privatizar a água

Esposo da gestora de Porto Seguro e cunhado do gestor de Santa Cruz Cabrália, que tentaram sem êxito privatizar a água, o prefeito de Eunápolis, Robério Oliveira, resolveu apostar na empreitada de tirar o saneamento da Embasa. No último dia 14 lançou um edital de chamamento público para atrair empresas interessadas em estudar o processo de licitação dos serviços de água e esgoto em seu município.

Robério não precisa de nenhum estudo para tocar um projeto de privatização, afinal sabe do que aconteceu com sua esposa Cláudia Oliveira, prefeita de Porto Seguro, e com seu cunhado Agnelo Santos, prefeito de Santa Cruz Cabrália. Cláudia teve sua pretensão barrada pelo Tribunal de Contas dos Municí-

pios, que viu irregularidades no processo de privatização. Agnelo sequer teve autorização da Câmara de Vereadores.

Robério, Cláudia e Agnelo foram alvos da “Operação Fraternos”, da Polícia Federal, que investiga várias irregularidades. Cláudia, recentemente, sofreu multa do Tribunal de Contas dos Municípios, que a obrigou a devolver aos cofres públicos R\$ 78.035,58 por vislumbrar “erros” num prego (tipo de licitação).

Naquela região atua de modo expressivo a construtora mineira Prefisan, que andou fazendo planos municipais de saneamento e estaria por trás da tomada dos serviços da gestão da Embasa. Ela foi inves-

tigada e punida pelo Ministério Público Federal em Governador Valadares (MG), também por irregularidades em licitação.

Num site de Porto Seguro, o “Jôjô Notícias”, saiu uma curiosidade: o prefeito Robério Oliveira recusou proposta da Embasa para investimento de R\$ 300 milhões visando melhorias e ampliação nos sistemas de água e esgoto do município. O site credita a recusa à obsessão da família por privatizar a água – e dela fazer jorrar muito dinheiro.

Brasil perde mais empresas do que cria pelo quarto ano consecutivo

De cada 10 empresas criadas em 2012, ano ainda bom em nossa economia, 6 fecharam as portas em até 5 anos depois. A economia brasileira começou a perder fôlego em 2013 e entrou numa crise econômica sem fim, em parte como efeito das turbulências globais, mas outra parte forçada visando piorar o cenário nacional e buscar o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

O preço está caro da movimentação política, que aprofundou a crise, está revelado no levantamento que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acaba de divulgar, intitulado “Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2017”. Mostra, em síntese, que pelo quarto ano consecutivo o Brasil registrou saldo negativo de empresas formais – houve mais empresas fechadas do que abertas no país.

A pesquisa revela que em 2017 o saldo de empresas (diferença entre entradas e saídas) permaneceu negativo, da mesma forma como ocorreu em 2014, 2015 e 2016. Em 2017, as saídas de empresas do mercado totalizaram 699,4 mil e as entradas somaram 676,4 mil. Ou seja, naquele ano o país perdeu um total de 22.932 empresas.

Ventos de esperança voltaram a soprar, embora fracos, em 2017, com indicadores apontando o início da recuperação da economia após mais de 2 anos de recessão. Em 2017, o PIB do país registrou alta de 1,1%, após retração de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016. Foi um soluço, pois de lá para cá a economia está parada e o país registra mais quase 13 milhões de desempregados.

Desmonte da Petrobras esbarra na justiça e cria esperança para trabalhadores (as)

DIVULGAÇÃO: SINDIPETRO BAHIA



Ao acatar pedido liminar e mandar suspender a desmobilização da Petrobras na Bahia, o juiz Danilo Gaspar, da 6ª Vara do Trabalho de Salvador, encheu de esperança milhares de trabalhadores (as) da Petrobras e de suas prestadoras de serviço. A oficial de Justiça Rozângela Gama, portadora da decisão, foi recebida com aplausos na unidade Pituba, sede administrativa da petroleira em Salvador, na última quarta (16). Houve o canto do Hino Nacional.

A liminar foi solicitada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), depois que restou fracassada uma tentativa de mediação entre o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) e a empresa. O objetivo é preservar milhares de empregos, combater o assédio moral organizacional e proteger a comunidade de um “drástico golpe na economia local, conforme enfatiza o MPT.

O objetivo é preservar milhares de empregos, combater o assédio moral organizacional e proteger a comunidade, conforme enfatiza o MPT.

A Petrobras tem anunciado seu projeto de desativar suas atividades na Bahia – e também no Nordeste -, para o que iria desligar centenas de empregados (as) via demissão voluntária e outra parte transferir para o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A decisão judicial suspende a transferência de trabalhadores (as) até que seja julgado o mérito da liminar.

Sindicato faz ato no Dia Nacional contra a Privatização

ACERVO SINDAE



Trabalhadores (as) de água, esgoto e meio ambiente da Bahia participaram de uma manifestação na última terça (15), no CAB, dentro do Dia Nacional de Luta contra a Privatização do Saneamento. O protesto foi liderado pelo Sindae e teve como alvo o Projeto de Lei 3261, que altera o marco regulatório do saneamento para permitir a privatização das empresas públicas do setor.

O projeto teve sua tramitação acelerada na Câmara dos Deputados e tem previsão de ser votado até o final deste mês. Caso aprovado, ameaça a existência das empresas públicas, uma vez que estariam impossibilitadas de firmarem novos contratos de programa com os municípios. Esses contratos são essenciais para a atuação das empresas. O PL 3261 obriga o município a licitar, o que daria enorme vantagem para as empresas privadas.

Representantes do Sindae também estão em Brasília nesta terça (15) participando de um seminário nacional sobre o PL 3261, na Câmara dos Deputados. O evento foi requerido pelo deputado federal Joseildo Ramos (PT-Ba), tendo como finalidade mostrar o quanto a privatização será nociva ao país, desestruturando o setor de saneamento e prejudicando as populações mais pobres, as mais necessitadas de água e esgoto, transformando os serviços numa fonte de lucro para empresários nacionais e estrangeiros.

Desigualdade bate recorde: mais da metade de brasileiros vive com R\$ 413,00 mensais

O que se vê nas ruas está cada vez mais estampado nas estatísticas oficiais: o aumento absurdo da pobreza no país. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, a desigualdade de renda no País alcançou patamar recorde em 2018. Um dado dessa triste realidade: metade mais pobre da população, quase 104 milhões de brasileiros, vivia com apenas R\$ 413 mensais, considerando todas as fontes de renda.

No outro extremo da pirâmide social, o 1% mais rico (estamos falando de apenas 2,1 milhões de pessoas) tinha renda média de R\$ 16.297 por pessoa. Ou seja, essa pequena fatia mais abastada da população ganhava quase 40 vezes mais que a metade da base da pirâmide populacional.

Em todo o País, 10,4 milhões de pessoas (5% da população) sobrevivem com R\$ 51 mensais, em média. Se considerados os 30% mais pobres, o equivalente a 60,4 milhões de pessoas, a renda média per capita subia a apenas R\$ 269.

Mesmo passada a crise econômica, a desigualdade se agravou. A renda domiciliar per capita dos 5% mais pobres caiu 3,8% na passagem de 2017 para 2018. Ao mesmo tempo, a renda da fatia mais rica (1% da população) cresceu 8,2%.

O desmonte das políticas públicas tem contribuído para o agravamento da situação. Além de projetos econômicos para gerar emprego e renda, falta sensibilidade ao governo, que reduziu a cobertura do Programa Bolsa Família.

TOMENota

FARDAMENTO

A Embasa assinou contrato na ordem de R\$ 404.158,50 com empresa para o fornecimento de fardamento. Há tempos os (as) trabalhadores (as) vêm cobrando o material e as respostas têm sido sempre que não tem em estoque. Num prazo de 30 dias, conforme reza o contrato, esse problema deve ser resolvido. Estaremos de olho.

ECONOMIA PATINA

Análise do Dieese, com base em pesquisas do IBGE na indústria, serviços e agricultura, indica que a economia brasileira patinou em agosto, sem conseguir a sonhada recuperação. Tivemos novos recuos. Apesar disso, houve desempenho positivo do emprego formal no país, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador. No país houve saldo de 121.387 postos de trabalho; na Bahia foi de 3.392, sendo 1.534 novas vagas na Região Metropolitana. Pouco diante dos números dramáticos do desemprego.

ABONO PIS/PASEP

Já começou a ser pago o abono do PIS para beneficiários nascidos em outubro e também o abono do Pasep, este para servidores públicos com final de inscrição 03 e que recebem no Banco do Brasil. No caso do PIS, quem tem conta na Caixa Econômica recebe o depósito automático em conta, do contrário precisa ir a uma agência. O pagamento do abono vai obedecer um calendário que só termina em junho do ano que vem.

PLANO DE BARRAGENS

Depois que aconteceu as tragédias em Minas Gerais e, mais recentemente, em Pedro Alexandre, o governo estadual resolveu discutir planos emergenciais com as comunidades próximas às barragens. O primeiro debate aconteceu justamente na cidade de Coronel João Sá, atingida pela água proveniente da barragem do Quati, em Petro Alexandre. Outro encontro foi último dia 15, em Ubaitaba, com a comunidade em torno da Barragem do Funil.

LIMPEZA DO LITORAL

O governo do estado, através dos órgãos ambientais, está distribuindo kits para o trabalho de limpeza das praias às prefeituras baianas que tiveram o litoral afetado pelo petróleo cru. São sacos, luvas, botas de PVC, óculos, chapéus-árabes, pás, carrinhos de mão e protetor solar. Vários voluntários estão aderindo ao serviço de limpeza das praias.

CRIME AMBIENTAL

Acaba de passar pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado um projeto de lei que pune de forma mais grave quem for reincidente em crime ambiental. Se aprovado, a conduta passada da empresa ou da pessoa vai ser considerada no momento do juiz aplicar a penalidade. O contrário também vale: a boa conduta pode resultar numa pena menos grave.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br

OMDPTCAA – EPB



siga-nos: [f /sindaeba](https://www.facebook.com/sindaeba) [ig /sindaeba](https://www.instagram.com/sindaeba) [@sindaebahia](https://twitter.com/sindaebahia) [yt /user/sindaeba](https://www.youtube.com/user/sindaeba)